



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Rio Verde de Mato Grosso
Vara Única

EDITAL DE LEILÃO – BENS MÓVEIS

Processo nº 0002266-77.2007.8.12.0042

Classe: Execução Fiscal

Exequente(s): União Federal (Fazenda Nacional)

Executado(s): Artesanato Figueira LTDA – EPP

Rafael Gustavo Mateucci Cassia, Juiz(a) de Direito da Vara Única, da comarca de Rio Verde de Mato Grosso (MS), com endereço na Avenida Eurico Sebastião Ferreira, nº 640, Centro, CEP: 79.480-000, na forma da Lei, etc.

Faz saber aos que virem o presente edital ou dele tomarem conhecimento e a quem possa interessar, que o Sr(a). Ilto Antônio Martins, Leiloeiro(a)(s) Oficial(is), regularmente inscrito(a) na JUCEMS sob o nº 12, e devidamente credenciado na Corregedoria-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, levará a LEILÃO na modalidade **ELETRÔNICA**, no dia, local e horários abaixo mencionados, o(s) bem(ns) penhorado(s) e avaliado(s) no processo e nas condições a seguir descritos:

1º LEILÃO – 06/12/2021, 15h

2º LEILÃO – 17/12/2021, 15h

1) ENDEREÇO ELETRÔNICO, DATA E HORÁRIO: o leilão será realizado na forma eletrônica, no endereço eletrônico www.vialeiloes.com.br, devendo os lances ser feitos pela internet no **1º LEILÃO**, com início no primeiro dia útil subsequente ao da certidão de afixação do Edital no lugar de costume, às 15 horas (horário de Brasília), e término no dia 06 de dezembro de 2021, às 15 horas (horário de Brasília), entregar-se-á o bem a quem der o maior lance, em valor igual ou superior ao da avaliação. Caso os lances ofertados não atinjam o valor do bem no 1º leilão, seguir-se-á ao **2º LEILÃO** sem interrupção e com término no dia **17/12/2021, às 15 horas (horário de Brasília)**, ocasião em que o bem será arrematado em favor daquele que maior ofertar, e que não serão aceitos lances inferiores ao preço considerado vil, neste ato em 50% do valor da avaliação (art. 891, parágrafo único, do CPC).

1.1 – O início do recebimento dos lances será a partir da data de afixação/disponibilização do edital no Mural Eletrônico/átrio do fórum.

1.2 – Sobrevindo lance nos 3 (três) minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial eletrônica o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 3 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances (art. 24 do Provimento-CSM/TJMS nº 375/2016).

2) DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS): 320.000 (trezentos e vinte mil) unidades de tijolos para pisos artesanais, comercial, medindo 11x23 cm, a granel, os quais estão empilhados, porém em regular estado de conservação. Conforme Laudo de Avaliação f 120 dos autos.

2.1 – Localização do(s) bem(ns): Rodovia BR 163, s/n, Km 681,5, Zona Rural, CEP 79.480-000, Rio Verde de Mato Grosso – MS (Artesanato Figueira LTDA).

2.2. As descrições detalhadas do(s) bem(ns) estão no endereço www.vialeiloes.com.br/, para melhor aferição de suas características e de seu(s) estado(s) de conservação. **2.3** – O(s) bem(ns) será(ão) alienado(s) no estado de conservação em que se encontra(m), sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para a alienação judicial eletrônica. **2.4** – O(s) bem(ns) estará(ão) em exposição no(s) local(is) indicado(s) no endereço eletrônico, com a descrição de cada, para visita dos interessados, nos dias e horas determinados (arts. 16 e 17 do Provimento-CSM/TJMS nº 375/2016).

3) DEPOSITÁRIO: Iria Maciak.

Observação: Os leiloeiros públicos oficiais credenciados poderão ser nomeados pelo juízo da execução para remover bens e atuar como depositário judicial (art. 10, §5º, do Provimento-CSM/TJMS nº 375/2016).

End.: Av. Eurico Sebastião Ferreira, nº 640, Centro, CEP 79.480-000, Rio Verde de Mato Grosso – MS,
 fone (67) 3292-1295, e-mail: rve-1v@tjms.jus.br



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Rio Verde de Mato Grosso
Vara Única

4) VALOR DA AVALIAÇÃO: Valor unitário de R\$0,10 (dez centavos) a unidade, perfazendo um total de R\$10,00 (dez reais) o metro quadrado, num total de R\$32.000,00 (trinta e dois mil reais). Expedita – Nível de precisão “C” – Método do Custo Comparativo de dados de Mercado. Fontes da Avaliação: departamento de vendas ceramistas da cidade, em 06/06/2019, conforme Laudo de Avaliação f 120 dos autos.

4.1 – No caso de títulos da dívida pública e de títulos negociados em bolsa, constará o valor da última cotação (art. 20, §1º, do Provimento-CSM/TJMS nº 375/2016).

5) ÔNUS/DÉBITOS: Não constam dos autos, informação de ônus sobre os bens móveis a ser praxeado.

5.1 – Os créditos que recaem sobre o(s) bem(ns), inclusive os de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, observada a ordem de preferência (art. 908, §2º, do CPC/2015), salvo determinação judicial em contrário.

5.2 AÇÕES CÍVEIS EM NOME DA EMPRESA EXECUTADA ARTESANATO FIGUEIRA LTDA -

EPP: Há registros de Distribuição de Feitos Cíveis em nome da executada, conforme certidão de f dos autos. Vara Única da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso – MS. Processo: 0001748-53.2008.8.12.0042. Ação: Cumprimento de Sentença. Assunto: Efeito Suspensivo/ Impugnação/ Embargos à Execução. Data: 16/07/2008. Exeqte: Estado de Mato Grosso do Sul.

Vara Única da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso – MS. Processo: 0000899-81.2008.8.12.0042. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Responsabilidade Fiscal. Data: 10/04/2008. Exeqte: Estado de Mato Grosso do Sul.

Vara Única da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso – MS. Processo: 0000220-81.2008.8.12.0042. Ação: Cumprimento de Sentença. Assunto: Efeito Suspensivo/ Impugnação/ Embargos à Execução. Data: 23/01/2008. Exeqte: Estado de Mato Grosso do Sul.

Vara Única da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso – MS. Processo: 0003159-68.2007.8.12.0042. Ação: Cumprimento de Sentença. Assunto: Efeito Suspensivo/ Impugnação/ Embargos à Execução. Data: 14/12/2007. Exeqte: Caixa Econômica Federal – CEF.

Vara Única da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso – MS. Processo: 0002266-77.2007.8.12.0042. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Crédito Tributário. Data: 12/09/2007. Exeqte: União Federal.

Vara Única da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso – MS. Processo: 0002252-93.2007.8.12.0042. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 10/09/2007. Exeqte: Estado de Mato Grosso do Sul, conforme certidão f dos autos.

6) VALOR DA DÍVIDA NO PROCESSO DE EXECUÇÃO: R\$ 171.506,95 (cento e setenta e um mil e quinhentos e seis reais e noventa e cinco centavos), conforme f 130 dos autos,

7) CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento deverá ser realizado de imediato pelo arrematante por depósito judicial ou por meio eletrônico, salvo por disposição judicial diversa. **7.1** – Homologado o lance, o sistema emitirá guia de depósito judicial identificado vinculado ao juízo da execução. **7.2** – O licitante



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Rio Verde de Mato Grosso
Vara Única

poderá apresentar proposta para adquirir o bem em prestações, de acordo com as regras estabelecidas no art. 895 do CPC/2015 (arts. 26 a 29 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016).

8) PAGAMENTO DE DESPESAS E DA COMISSÃO DO LEILOEIRO: A comissão devida ao leiloeiro público oficial pelo arrematante será no percentual de 5% sobre o valor da arrematação, além do ressarcimento das despesas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, na forma da lei. **8.1** – Não será devida a comissão ao leiloeiro público oficial e ao corretor na hipótese da desistência de que trata o art. 775 do CPC/2015, de anulação da arrematação ou de resultado negativo da hasta pública. Anulada ou verificada a ineficácia da arrematação ou ocorrendo a desistência prevista no art. 775 do CPC/2015, o leiloeiro público oficial e o corretor devolverão ao arrematante o valor recebido a título de comissão, corrigido pelos índices aplicáveis aos créditos respectivos. **8.2** – Na hipótese de qualquer tipo de acordo homologado ou remição, após a realização da alienação, o leiloeiro e o corretor público farão jus à comissão. **8.3** – Se o valor da arrematação for superior ao crédito do exequente, a comissão do leiloeiro público oficial e do corretor, assim como as despesas com remoção e guarda dos bens, poderão ser deduzidas do produto da arrematação. **8.4** – O executado ressarcirá as despesas com a remoção, guarda e conservação dos bens, inclusive se, depois da remoção, sobrevier substituição da penhora, conciliação, pagamento, remição ou adjudicação (art. 10 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016). **8.5** – Correrão por conta do arrematante as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados (art. 35 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016).

9) DISPOSIÇÕES FINAIS: Podem oferecer lance quem estiver na livre administração de seus bens, com exceção das pessoas elencadas nos incisos do artigo 890 do CPC/2015 (art. 13 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016). **9.1** – O usuário interessado em participar da alienação judicial eletrônica deverá se cadastrar previamente no sítio eletrônico em que se desenvolverá a alienação, devendo o leiloeiro público oficial confirmar ao interessado o seu cadastramento via e-mail ou por tela de confirmação. **9.2** – O cadastramento será gratuito e estará sujeito à conferência de identidade em bancos de dados oficial, responsabilizando-se o usuário, civil e criminalmente, pelas informações lançadas e implicará a aceitação da integralidade das disposições contidas na Resolução nº 236/2016 e no Provimento CSM/TJMS nº 375/2016, assim como nas demais condições estipuladas neste edital. **9.3** – O leiloeiro público oficial estará disponível para prestar aos interessados os esclarecimentos de quaisquer dúvidas sobre o funcionamento do leilão até o dia anterior ao leilão, bem como para dirimir eventuais dúvidas referentes às transações efetuadas durante e depois do leilão judicial eletrônico (arts. 14 e 15 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016). **9.4** – Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do gestor, os quais serão imediatamente divulgados *on-line*, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. Ainda, os lances e dizeres inseridos na sessão *on-line* correrão exclusivamente por conta e risco do usuário (arts. 27 e 39 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016). **9.5** – O arrematante que injustificadamente deixar de efetuar os depósitos, se assim o declarar o juiz do processo, terá seu nome inscrito no Cadastro de Arrematantes Remissos do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul e não poderá mais participar das alienações judiciais eletrônicas no PJMS pelo período de um ano, podendo, ainda, ser responsabilizado por tentativa de fraude a leilão público (arts. 335 e 358 do Código Penal) e, também, por possíveis prejuízos financeiros a qualquer das partes envolvidas no leilão, aí incluída a comissão do leiloeiro, nos termos do art. 23 da LEF (art. 32 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016). **9.6** – Eventuais ocorrências ou problemas que possam afetar ou interferir nas regras deste edital serão dirimidos pelo juiz da execução (art. 43 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016).

9.10 – A arrematação será considerada perfeita, acabada e irretroatável tão logo assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro público oficial, observadas as disposições do art. 903 do CPC/2015. A assinatura do arrematante será dispensada em leilão eletrônico quando o arrematante outorgar poderes ao leiloeiro público oficial (Ofício Circular nº 126.664.075.0034/2017).



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Rio Verde de Mato Grosso
Vara Única

Fica(m) desde logo intimado(s) o(s) executado(s) Artesanato Figueira LTDA - EPP, por seu representante legal, bem como eventual(is) credor(es) fiduciário(s) e promitente(s) comprador(es)/vendedor(es), se por ventura não tiver(em) procurador(es) constituído(s) nos autos ou não for(em) encontrado(s) para a intimação pessoal, das datas do leilão constantes neste Edital, bem como para todos os efeitos do art. 889 do CPC/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto nos arts. 826 e 902 do CPC/2015. Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no §1º do art. 903 do CPC/2015 será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, §2º, do CPC/2015). E, para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se o presente edital, que será publicado e afixado na forma da Lei. Eu, [Nome do Chefe de Cartório], Chefe de Cartório, conferi.

Rio Verde de Mato Grosso (MS), 08 de novembro de 2021.

Rafael Gustavo Mateucci Cassia
Juiz de Direito
(assinado por certificação digital)